

Proposta de Programa Institucional ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diante dos resultados positivos apurados na 1ª fase do Projeto #Simplificar¹, programa que consistente na tradução das sentenças da 2ª Vara de Família/2º Cejusc de Anápolis em resumos ilustrados com técnicas de *Visual Law* (Direito Visual), enviados às partes e aos advogados, observou-se um expressivo grau de satisfação do usuário, bem como índice zero de taxa de recorribilidade, ampliando o direito fundamental de acesso à justiça.

Verificou-se, também, que a prática atende a vários indicadores de Estratégia Nacional do Poder Judiciário², prevista pelo Conselho Nacional de Justiça, a saber:

- índice de acesso à justiça;
- índice de satisfação do cliente;
- índice de atendimento à demanda;
- eficiência operacional;
- taxa de congestionamento na fase de execução;
- pessoas beneficiados por projetos sociais;
- sucesso na execução de projetos estratégicos;
- aproveitamento das boas práticas de gestão;
- índice de promoção de valores éticos e morais;
- índice de matérias institucionais positivas;

O projeto encontra-se em sua 2ª fase: #Simplificar 5.0, somando-se Inteligência Artificial ao Direito Visual com a intenção de que a produção artesanal dos resumos ilustrados possa acontecer em larga escala, com replicação em todas as unidades judiciárias do Estado de Goiás que tiverem interesse em sua utilização. A Inteligência Artificial no projeto propõe-se a realizar 3 atividades:

a) classificação das sentenças, de forma a separar todas que serão objeto de resumo ilustrado;

b) confecção prévia do resumo ilustrado, com a utilização de palavras-chave e recursos visuais, para validação humana;

¹ Do lançamento do projeto em 30.06.2021 até 30.09.2021, foram enviados 60 (sessenta) resumos ilustrados de sentença, sendo que em referidos processos, o índice de recorribilidade foi inexistente, ou seja, nenhum processo do projeto foi objeto de recurso/execução/cumprimento de sentença. Já nos 18 (dezoito) meses que antecederam ao projeto, apurou-se 311 (trezentos e onze) recursos referentes às sentenças da mesma unidade jurisdicional.

² Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/estrategia-nacional-do-poder-judiciario-2009-2014/indicadores/>

c) envio do resumo para as partes e advogados por automação, após validação humana.

Por se tratar de uma prática simples, de fácil replicação e sem custos para o Tribunal de Justiça, trilhou caminho que em muito impacta os Macrodesafios do TJGO de: GARANTIR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS (Indicador: índice de acesso à justiça); PROMOVER A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL (Indicador: IAD - Índice de Atendimento à Demanda) e FORTALECER A RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE (indicador: índice de transparência) e PREVENIR LITÍGIOS E ADOPTAR SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS (indicador: índice de realização de audiências em Cejus). Por tal razão, tornou-se viável a aglutinação entre uma boa prática e as metas institucionais, transformando o projeto em uma proposta de programa institucional, com foco na normalização de um protocolo de rotina forense.

Nesses termos, em conformidade com o procedimento previsto pela Secretaria de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para proposta de programa institucional, segue Plano Geral do Projeto #Simplificar 5.0: Direito Visual e Inteligência Artificial ampliando o acesso à justiça em resumos ilustrados de sentenças.





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Diretoria de Planejamento e
Inovação

PLANO GERAL DO PROJETO (PGP)

1. Identificação

Nome do Projeto: Projeto #Simplificar 5.0: Direito Visual e Inteligência Artificial ampliando o acesso à justiça em resumos ilustrados de sentenças

Patrocinador do Projeto

Gerente do Projeto

Nome	Ramal	E-mail	Lotação
Aline Vieira Tomás		avtomas@tjgo.jus.br	2ª Vara de Família de Anápolis 2º Cejusc de Anápolis

Equipe do Projeto

Será posteriormente informada

2. Alinhamento Estratégico

Macrodesafio(s)

*GARANTIR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS (Indicador: índice de acesso à justiça);
FORTALECER A RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE (indicador: índice de transparência);
PROMOVER A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (Indicador: IAD - Índice de Atendimento à Demanda);
PREVENIR LITÍGIOS E ADOPTAR SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS (indicador: índice de realização de audiências em Cejusc).*

Atos normativos que regulamentam a prática

Resolução n. 347/2020 CNJ (Visual Law)

3. Planejamento Geral do Projeto

Escopo do Projeto

Descrição da Prática e Objetivos do Projeto: O Projeto #Simplificar consiste na tradução da linguagem jurídica das sentenças de família, transformando-as em resumos ilustrados com elementos visuais e linguagem simples, amigável e inclusiva. O projeto utiliza recursos de Direito Visual (Visual Law) em resumos ilustrados que são enviados para as partes e advogados por aplicativo de mensagem, simultaneamente à publicação da sentença. A prática parte do fundamento de que o verdadeiro acesso à justiça está diretamente ligado à integral compreensão das decisões judiciais por seus usuários, com acessibilidade, desburocratização e transparência dos comandos judiciais. Assim, o objetivo do projeto é traduzir a sentença para elementos visuais que permitam sua imediata compreensão pelas próprias partes, aproximando o cidadão da Justiça.

Vinculação a ODS:

ODS 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Identificação do Problema:

1. Compreender o conteúdo da sentença colabora no alcance do direito fundamental de acesso à justiça?
2. O Direito Visual contribui para a inclusão, acessibilidade e transparência da linguagem jurídica empregada nas decisões judiciais?
3. Linguagem simples, clara e acessível aproxima a Justiça do jurisdicionado?
4. Uma melhor compreensão reflete no grau de satisfação da prestação jurisdicional?



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Diretoria de Planejamento e
Inovação

PLANO GERAL DO PROJETO (PGP)

Como o Projeto será executado:

Metodologia (passo-a-passo) nas unidades judiciárias onde implantado:

1ª fase: Projeto #Simplificar: Direito Visual ampliando o acesso à justiça em resumos ilustrados de sentenças

1. Definição do escopo do projeto: traduzir a linguagem jurídica da sentença de família em um resumo ilustrado com elementos visuais, palavras-chave, tópicos e frases curtas, com técnicas de Direito Visual (Visual Law);
2. Classificação das sentenças de Direito de Família, de forma a agrupar as homologatórias que foram submetidas a audiências de conciliação;
3. Separação dos principais acontecimentos de cada processo em 6 blocos de informação, os quais comporão o resumo ilustrado:
 - 1º) Dados das partes, número, classe e assunto do processo;
 - 2º) Linha do tempo dos pontos relevantes da demanda;
 - 3º) Resumo da versão dos fatos pela parte autora e pela parte ré;
 - 4º) Síntese da audiência de conciliação;
 - 5º) Resumo da sentença e
 - 6º) Informações de utilidade pública da unidade judiciária.
4. Escolha do modelo do protótipo de resumo ilustrado (ferramenta utilizada, cores, formato, informações, recursos visuais, linguagem e estrutura), utilizando técnicas de Visual Law;
5. Transformação de blocos de informação do item 3 em um resumo ilustrado com técnicas de Direito Visual (Visual Law);
6. Envio do resumo ilustrado para as partes e advogados por meio de aplicativo de mensagem.
7. Juntada do resumo ilustrado como anexo da sentença no sistema do tribunal.

2ª fase: Projeto #Simplificar 5.0: Direito Visual e Inteligência Artificial ampliando o acesso à justiça em resumos ilustrados de sentenças

1. Inserir Inteligência Artificial ao projeto, com o escopo de que o algoritmo de aprendizado de máquina desenvolvido realize a classificação das sentenças bem como uma prévia do resumo ilustrado para validação e ajustes do gestor.
2. Estabelecer o novo modelo do protótipo de resumo ilustrado utilizando técnicas de Visual Law, após inserção da IA à prática;
3. Deliberar, a partir das informações relevantes e da estrutura definida para o resumo ilustrado, as palavras-chave e os correspondentes visuais e de linguagem para o aprendizado de máquina;
4. Desenvolver o algoritmo ideal para solução do problema, iniciando a fase de testes com árvore de decisão e possibilidade de utilização de redes Bayesianas;
5. Delimitar o dataset (conjunto de dados) para curadoria dos dados e treinamento do algoritmo, verificando-se a possibilidade de utilização do algoritmo interligado ao sistema do tribunal, já na fase inicial;
6. Validar os resumos produzidos mediante supervisão humana para calibragem do algoritmo;
7. Promover a interoperabilidade entre o algoritmo e o sistema do tribunal, anexando o resumo ilustrado ao processo eletrônico e encaminhando para as partes via aplicativo de mensagem, utilizando de automação.

*O projeto é pensado em 2 fases consecutivas: 1ª fase: Realização inteiramente artesanal/manual das 4 etapas na unidade judiciária; 2ª fase: Utilização de Inteligência Artificial para a realização das 4 etapas pelo algoritmo de aprendizado de máquina, submetida a supervisão humana para validação do resumo ilustrado.

Beneficiários:

Jurisdicionados e advogados em processos de família submetidos à conciliação.

Recursos utilizados:



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Diretoria de Planejamento e
Inovação

PLANO GERAL DO PROJETO (PGP)

O Projeto #Simplificar utiliza-se na 1ª fase: de uma ferramenta on-line para criação de design, aplicada para a confecção do resumo ilustrado - Direito Visual e de um aplicativo gratuito de envio de mensagens, por meio do qual o resumo ilustrado é enviado para as partes e para os advogados. O recurso humano empregado restringe-se à magistrada e um auxiliar voluntário, responsáveis pela criação dos resumos ilustrados. O projeto não apresenta custos financeiros.

Na 2ª fase, com a introdução da Inteligência Artificial, utiliza-se de um algoritmo de aprendizado de máquina, desenvolvido e custeado pela magistrada idealizadora do projeto, Aline Vieira Tomás. O algoritmo permitirá a ampliação do projeto, com a tradução da integralidade das sentenças na unidade onde aplicada em resumos ilustrados. O algoritmo também será utilizado para a automação do procedimento de envio da mensagem por aplicativo, após validação e comandos humanos.

Resultados e benefícios alcançados:

Até o momento da propositura deste PGP, as hipóteses de que a **Linguagem simples, clara e acessível aproxima a Justiça do jurisdicionado** e que **Compreender o conteúdo da sentença colabora no alcance do direito fundamental de acesso à justiça** já puderam ser confirmadas, havendo manifestações expressas de jurisdicionados quanto à satisfação em receberem os resumos ilustrados e compreenderem por si mesmos o conteúdo da sentença, demonstrando que o Direito Visual colabora na compreensão da linguagem jurídica e técnica utilizada nas sentenças, contribuindo com a adesão e cumprimento espontâneo pelas partes dos comandos apostos na decisão judicial.

Também restou confirmada a hipótese de que **Uma melhor compreensão reflete no grau de satisfação da prestação jurisdicional**, pois observou-se que dos 60 processos que tiveram suas sentenças homologatórias transformadas em um resumo ilustrado e enviado às partes, nenhum deles foi objeto de recurso ou cumprimento de sentença/execução. Já nos 18 (dezoito) meses que antecederam o Projeto Simplificar, observa-se pelos relatórios estatísticos do TJGO a ocorrência de 311 recursos/execuções/cumprimentos de sentença;

Já quanto a hipótese de que **O Direito Visual contribui para a inclusão, acessibilidade e transparência da linguagem jurídica empregada nas decisões judiciais**, os resultados do Projeto Simplificar até hoje alcançados também permitem confirmar referida hipótese, pois as partes tem retornado às mensagens pelo mesmo aplicativo no qual foram enviados os resumos, relatando se sentirem respeitadas, ouvidas e prestigiadas. Escrevem terem alcançado o entendimento integral do teor do resumo, sem necessidade de ajuda de terceiros para a interpretação da mensagem.

Desta forma, os principais benefícios alcançados com o experimento foram: a) o alto impacto causado na política pública conciliatória por uma prática simples e inovadora: utilização de Visual Law para traduzir a sentença b) atendimento ao parágrafo único do artigo 32 da Resolução n. 347/2020 do CNJ; c) a contribuição para uma razoável duração dos processos, finalizados na sessão de conciliação frutífera, evitando recursos e execuções/cumprimentos de sentença; d) economia para o Judiciário, que sem gastos financeiros com o projeto, encerra os feitos logo após a sentença, evitando custos com processos que tramitam por anos, gerando despesas excessivas e perenes. E o resultado advindo do conjunto de todas essas benesses conquistadas é o ganho de eficiência na prestação dos serviços jurisdicionais e judiciários da unidade jurisdicional.

Premissas do Projeto

- Institucionalização pelo TJGO e execução inicialmente em todas as Varas de Família a partir de novembro de 2021;
- Extensão do projeto a todo os Cejuscs de família do Estado de Goiás a partir de novembro de 2021;
- Aplicação de forma gradativa, no âmbito dos juzizados especiais cíveis em geral, a partir de janeiro de 2022;
- Aprimoramento do Projeto no âmbito do Laboratório de Inovação - InovaJus, tendo a magistrada idealizadora como integrante do grupo de trabalho, a fim de permitir a aplicação irrestrita do projeto a todas as unidades judiciárias e administrativas do TJGO, bem como ampliação para órgãos, entidades e instituições públicas e privadas.

Dificuldade encontradas

1. Resistência da comunidade jurídica em geral por se tratar de uma prática disruptiva, norteadas por técnicas externas ao Direito - Visual Law;
2. Dificuldade de acesso aos dados estatísticos do Tribunal de Justiça (há relatórios previstos na política nacional



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Diretoria de Planejamento e
Inovação

PLANO GERAL DO PROJETO (PGP)

do CNJ que não são registrados nas unidades jurisdicionais do TJGO) e dúvidas quanto à confiabilidade destes (registros da própria unidade jurisdicional não conferem com os dados publicados no relatórios do TJGO/há divergências entre os dados dos próprios sistemas do Tribunal);

3. Falta de previsão normativa específica no TJGO para a utilização do Direito Visual.

Lições aprendidas:

A aplicação do Direito Visual e da Inteligência Artificial na tradução de sentenças em resumos ilustrados destinados às partes permitem a ampliação do acesso à justiça, na medida em que simplificam a linguagem jurídica e aproximam o jurisdicionado do Poder Judiciário. Neste contexto, o Projeto #Simplificar e sua expansão no #Simplificar 5.0 permitiram concluir que práticas simples, de fácil execução e sem custo podem modificar uma política pública; A interdisciplinaridade entre o Direito e técnicas de design - Visual Law são capazes de dar a um(a) magistrado(a) novos vetores para o incremento da prestação jurisdicional; De forma que modernizar o cenário formal da linguagem jurídica, permeando-a com elementos visuais e linguagem simples, didática e amigável, pode impactar no resultado alcançado na política pública conciliatória. Em uma audiência de conciliação frutífera, temos o aspecto formal da conciliação alcançado com a homologação do acordo perante um conciliador e seu registro formal no processo. Já a acepção material da conciliação, ou seja, a satisfação realmente alcançada pelas partes, só pode ser auferida após a sentença, pois é a partir dela que os efeitos serão sentidos na vida dos envolvidos naquela decisão, sendo a análise do índice de recorribilidade um dos parâmetros eficazes para avaliação. E o Projeto #Simplificar, ao alcançar 100% de sentenças sem a incidência de recursos e sem cumprimentos de sentença/execuções, demonstra o alcance do acesso à justiça em seu aspecto material. Assim, um(a) magistrado(a) comprometido em prestar uma jurisdição de qualidade, utiliza os conhecimentos disponíveis para, criativamente, fazer a diferença em seu cenário jurídico, contribuindo para a construção de um Poder Judiciário cada vez melhor.

4. Cronograma: será traçado junto com os setores responsáveis no âmbito do TJGO

5. Orçamento de implantação do Projeto

Item	Descrição*	Classificação da Despesa	
		Custeio	Investimento
1.	Ferramenta para criação do protótipo do resumo ilustrado (gratuita)	0 (ferramenta gratuita)	0
2.	Designers para a criação do design do protótipo e para desenvolverem a parte gráfica do projeto e sua comunicação visual no resumo ilustrado	0 (servidores do TJ)	0
3.	2ª fase: Após implementação da Inteligência Artificial: integrar/interoperacionalizar o algoritmo de aprendizado de máquina desenvolvido ao sistema do TJ	0	0
4.	Expansão para todas as unidades judiciárias do TJGO que manifestarem interesse	0	0
5.	Expansão para órgãos e instituições públicas e privadas que manifestarem interesse	0	0

Total Custeio	R\$ 0,00
Total Investimento	R\$ 0,00
Total Geral do Projeto	R\$ 0,00

* Descrição: Recursos de TI (software, hardware, infraestrutura); Treinamento e capacitação; Passagens; Diárias; Serviços (mão-de-obra, comunicação, engenharia, etc.); Aquisições (materiais, móveis, etc.); Outros;

** Custeio

*** Investimento



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Diretoria de Planejamento e
Inovação

PLANO GERAL DO PROJETO (PGP)

6. Outros responsáveis do projeto

Assessor Setorial:		
Ramal	Correio Eletrônico	Lotação

Projetista:		
Ramal	Correio Eletrônico	Lotação

PROJETO

#Simplificar 5.0

DIREITO MAIS CLARO E COMPREENSÍVEL

#SentençaResumida #ParaTodosEntenderem

DIREITO
VISUAL



INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL

Assinado digitalmente por: ALINE VIEIRA TOMÁS, JUIZ DA Aline Tomás Juíza de Direito

Para validar este documento informe o código 460371566187 no endereço <https://proad-v2.tjo.jus.br/proad/p>

PROJETO

#Simplificar 5.0

1. Escolher sentença para o resumo ilustrado (homologatórias são melhores para iniciar);
2. Dividir as informações principais em 6 blocos no resumo ilustrado:
 - I. **Cabeçalho:** Logo + nº do processo, identificação das partes e classe do processo;
 - II. **Linha do Tempo;**
 - III. **Principais alegações de cada parte;**
 - IV. **Pontos de consenso entre as partes;**
 - V. **Decisões do(a) juiz(a);**
 - VI. **Informações gerais** (úteis em todo processo)

PROJETO

#Simplificar 5.0

Bloco I : Cabeçalho com logo + Dados do processo




PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
2ª Vara de Família
Gabinete da Juíza Aline Vieira Tomás

PROJETO
#Simplificar

DIREITO MAIS CLARO E COMPREENSÍVEL
#SentençaResumida #ParaTodosEntenderem

RESUMO DA SENTENÇA

Autora: E.F.S.L

Réu: M.L.C.

Processo nº:

Ação: Alimentos

Assinado digitalmente por: ALINE VIEIRA TOMÁS, JUIZ DE DIREITO em 08/10/2022 às 09:54

Para validar este documento informe o código 460371566187 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/p>

PROJETO

#Simplificar 5.0

Bloco II

Linha do Tempo

Destaque para os principais acontecimentos

LINHA DO TEMPO



PROJETO
#Simplificar 5.0

Bloco III

Resumo do processo - alegações das partes



RESUMO DO PROCESSO

Autora pediu:

- Pensão alimentícia no valor de 30% do salário-mínimo

Réu:

- Participou da audiência de conciliação

PROJETO

#Simplificar 5.0

Bloco IV

Resumo da audiência

AUDIÊNCIA VIRTUAL DE CONCILIAÇÃO

- Guarda da criança à mãe.
- Convivência livre com o pai.
- Pensão alimentícia:
Valor: 32% do salário-mínimo + 50% dos gastos extras.
Data do pagamento: dia 5 de cada mês.
Forma de pagamento: depósito bancário.

Assinado digitalmente por: ALINE VIEIRA TOMÁS, JUIZ DE DIREITO, em 08/10/2021 às 19:54.

Para validar este documento informe o código 460371566187 no endereço <https://prod-01.jfgo.jus.br/proad/pu>

PROJETO

#Simplificar 5.0

Bloco V

Principais pontos do dispositivo da sentença

DECISÕES DA JUÍZA:

-  Aceitou o acordo da forma proposta.
-  Dispensou o pagamento das despesas do processo.
-  Determinou que o acordo começa a valer imediatamente.

ALINE VIEIRA TOMÁS

Juíza de Direito

Assinado digitalmente por: ALINE VIEIRA TOMÁS, JUIZ DE DIREITO, em 08/10/2021 às 19:54.

Para validar este documento informe o código 460371566187 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/p>

PROJETO

#Simplificar 5.0

Bloco VI: Informações úteis



Contatos da 2ª Vara de Família

cart2varfam.anapolis@tjgo.jus.br

Balcão virtual: 62 3902 8830

[Aplicativo Comunicação Pública](#)



Em caso de dúvidas, entre em contato com seu advogado



Este resumo não substitui a sentença publicada no Diário Oficial



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e tenha acesso ao seu processo. Utilize seu código de acesso, se necessário.

*Este resumo utiliza técnicas de Legal Design e Visual Law

Assinado digitalmente por: ALINE VIEIRA TOMÁS, JUIZ DE DIREITO, em 08/10/2021 às 19:54.

Para validar este documento informe o código 460371566187 no endereço <https://pjeod-vf.tjgo.jus.br/proad/pu>



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
2ª Vara de Família
Gabinete da Juíza Aline Vieira Tomás

PROJETO
#Simplificar

DIREITO MAIS CLARO E COMPREENSÍVEL
#SentençaResumida #ParaTodosEntenderem

RESUMO DA SENTENÇA

Autora: E.F.S.L

Réu: M.L.C.

Processo nº:

Ação: Divórcio litigioso

LINHA DO TEMPO



RESUMO DO PROCESSO

Autora pediu:

- Divórcio.
- Guarda unilateral dos filhos com a mãe.
- Pensão alimentícia: 1 salário-mínimo + 50% gastos extras

Réu:

- Participou da audiência de conciliação.



PODER JUDICIÁRIO

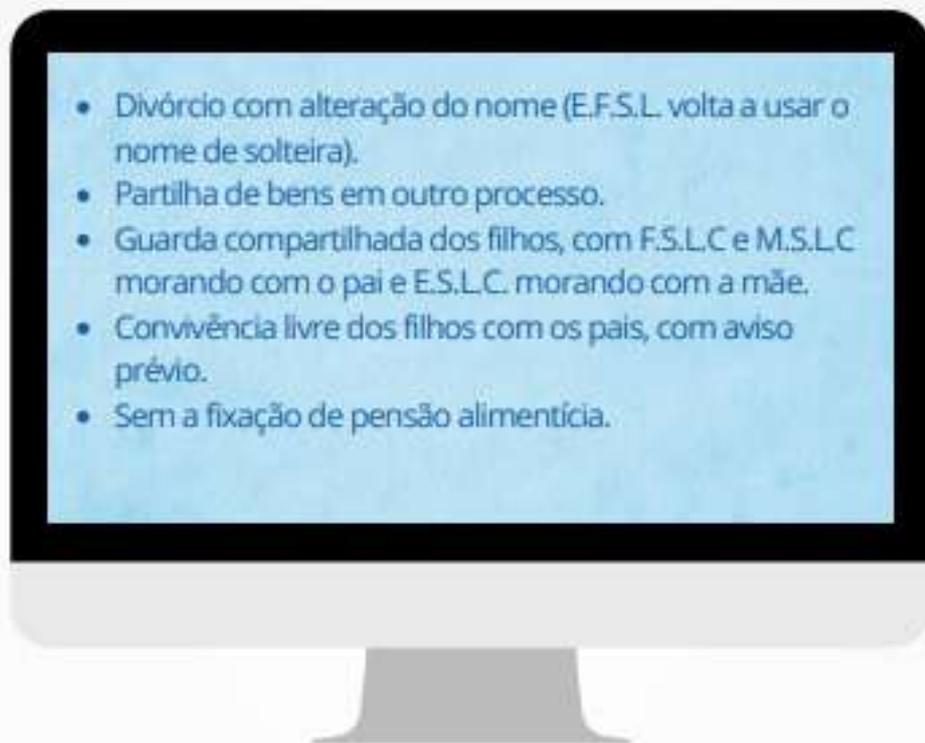
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
2ª Vara de Família
Gabinete da Juíza Aline Vieira Tomás

PROJETO

#Simplificar

DIREITO MAIS CLARO E COMPREENSÍVEL
#SentençaResumida #ParaTodosEntenderem

AUDIÊNCIA VIRTUAL DE CONCILIAÇÃO



DECISÕES DA JUÍZA:

- Aceitou o acordo da forma proposta.
- Dispensou o pagamento das despesas do processo.
- Determinou que o acordo começa a valer imediatamente.



Este resumo não substitui a sentença publicada no Diário Oficial



Em caso de dúvidas, entre em contato com seu advogado



Contatos da 2ª Vara de Família
cart2varfam@tjgo.jus.br
Aplicativo Comunicação Pública



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e tenha acesso ao seu processo. Utilize seu código de acesso, se necessário.

ALINE VIEIRA TOMÁS
Juíza de Direito

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 460371566187 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202110000299654 (Evento nº 1)

ALINE VIEIRA TOMÁS

JUIZ DE DIREITO

ANAPOLIS 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Assinatura CONFIRMADA em 08/10/2021 às 19:54

